

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA – GERAL DA REPÚBLICA CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRO PÚBLICO

Boletim Informativo

Boletim Informativo

N.º 12/2016/2017

REUNIÃO:

ORDINÁRIA DE

31/07/2017

SUMÁRIO:

1. Aprovação da ordem do dia;
2. Aprovação da ata n.º 11/2016-2017
3. Exposição de assuntos que os vogais entendam pertinentes;
4. Apreciação do Relatório de Inspeção n.º 6/2016-2017- Procurador da República na Comarca da Praia;
5. Nomeação do candidato aprovado no concurso de tradutor;
6. Apreciação do relatório intercalar do CSMP;
7. Apreciação da proposta do Curso para promoção dos Oficiais de Justiça;
8. Apreciação do ato de entrega formal de 03(três) pisos do Bloco B, correspondentes a 8(oito) apartamentos sítos no edifício Santo António para instalação dos Departamentos e Serviços do Ministério Público;

JUIHO DE 2017

Presenças:

Presidente

- Procurador-Geral da República, Óscar Silva Tavares;

Vogais

- Membros eleitos pela Assembleia Nacional, Drs. Edelfride de Santa Filomena Sousa Barbosa Almeida, Mário Gomes Fernandes e Raquel Odete Fortes;
- Membro designado pelo Governo, Dr. António Varela Semedo;
- Membros eleitos pelos seus pares, Drs. Daniel Hostelino Alves Monteiro, Felisberto Ho Chi Minh Fernandes Varela Robalo e Nilton Jorge da Costa Moniz;

Secretário

- Secretariou a sessão a Secretária ad hoc no Conselho Superior do Ministério Público, Sandra Tavares.

9. Apreciação da comunicação da Procuradoria da República da Comarca de Santa Catarina, enviada ao CSMP, através do ofício n.º 1376/PRCSC/2016.2017, de 22 de junho p.p., respeitante à participação do Ministério Público em Processo Penal;
10. Apreciação da comunicação da Procuradoria da República do Sal sobre conduta de Oficial de Justiça;
11. Apreciação e aprovação do plano de Inspeção para o ano judicial 2017/2018;
12. Apreciação de pedidos dos magistrados:
 - a) Reingresso;
 - b) Pagamento e progressão;
13. Apreciação de pedidos dos Oficiais de Justiça e funcionário do Ministério Público;
14. Sorteio para distribuição de processo;
15. Matérias para conhecimento (7 docs.);
16. Despachos para ratificação (3 docs.).

1. APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA

Após as boas vindas ao Dr. Felisberto Ho Chi Minh Fernandes Varela Robalo eleito como suplente por sufrágio secreto e universal pelo colégio eleitoral formado pelos magistrados do M.P. para integrar o CSMP, como membro efetivo, em substituição do Dr. António Pedro Lopes Borges, Vogal do CSMP em licença sem vencimento, com efeitos a partir de 01 de julho por um período de um ano;

A ordem do dia foi alterada com a introdução dos seguintes documentos que deram entrada após o envio da Convocatória:

- i. Comunicação da Procuradora da República Coordenadora no Sal sobre a conduta de Oficial de Diligências;
- ii. Pedido de adesão ao pacote de comunicação do CSMP dos senhores Oficiais de Justiça colocados na Procuradoria da República da Comarca da Praia;
- iii. Pedido de aposentação antecipada formulado pelo condutor colocado na Procuradoria da República da Comarca do Porto Novo.

2. ACTA

O Conselho Superior do Ministério Público deliberou aprovar a Acta nº 11 da sessão de 30 de Junho de 2017.

3. EXPOSIÇÃO DE ASSUNTOS QUE OS VOGAIS ENTENDAM PERTINENTES

Atividades desenvolvidas pelo Ministério Público desde a última reunião:

- Audiência com o Senhor Ministro das Finanças para discussão das linhas gerais da proposta para o orçamento para o ano de 2018.
- Iniciou no passado dia 24 de julho com término apurado para o dia 05 de agosto de 2017 o curso para criação de uma bolsa de competências na categoria de Oficial de Diligências.
- Emissão do parecer solicitado pelo Governo, com carácter de urgência, sobre criação de juízo cível no Tribunal Judicial de Santa Cruz.
- Decisão proferida sobre a reclamação apresentada por um dos candidatos excluído do concurso para Oficiais de Diligências por ter completado a idade máxima para ingresso na Administração Pública

4. APRECIACÃO DO RELATÓRIO DE INSPECÇÃO Nº 6/P.INSMP/2016/17- PROCURADOR DA REPÚBLICA NA COMARCA DA PRAIA

O Conselho Superior do Ministério Público deliberou:

Considerando o relatório de inspecção, a resposta ao relatório apresentado pelo magistrado inspeccionado e a informação final do Serviço de Inspeção sobre a resposta do inspeccionado, a análise e ponderação crítica de todos os elementos recolhidos no decurso da inspecção, o trabalho desenvolvido, a qualidade técnica e jurídica do mesmo e os resultados alcançados, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 23.º, 24.º, 25.º n.º 1 al. c), 2, 3 e 4 da Lei n.º 85/VIII/2015, de 6 de Abril e artigos 19.º, 20.º, 26.º n.º 2 e 29.º do Regulamento de Inspeção aprovado pela Deliberação n.º 7/CSMP/2015-16, de 27 de Novembro de 2015 e publicada no Boletim Oficial, II Série n.º 63, de 23 de Dezembro, avaliar o mérito profissional do magistrado.

Registe-se e notifique-se conforme Deliberação nº 47/P.Insp/CSMP/2016/2017.

Solicitar ao Conselho Superior da Magistratura Judicial que seja recomendado aos tribunais judiciais onde existem equipamentos para registo áudio que as alegações orais dos magistrados do Ministério Público produzidos em audiência de julgamento sejam registadas em áudio nos termos da Lei n.º 33/VIII/2013, de 16 de julho, permitindo assim ao CSMP dispor de elementos para, em conformidade com o disposto no art.º 23.º n.º 4 al.ª b) da Lei n.º 85/VIII/2015, de 6 de Abril, e poder ser utilizada na avaliação sobre o modo de desempenho da função em audiência e poder classificar os magistrados do Ministério Público;

Solicitar à Unidade de Administração Geral do Serviço de Apoio Técnico e Administrativo o reforço da quantidade de água colocada ao dispor da Secretaria, mais armários para arrumação e organização dos processos, uma impressora multifuncional e contratar serviço para organização do arquivo da Procuradoria da República da comarca da Praia.

5. NOMEACÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PARA RECRUTAMENTO DE TRADUTOR

O Conselho Superior do Ministério Público no uso das competências previstas nos artigos 226º n.º 6, al. c) da Constituição da República, 31º, n.º 1, e 37º, n.º 1, al. h), da Lei nº 89/VII/2011, de 14 de Fevereiro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério Público (LOMP), deliberou por unanimidade dos presentes:

Nomear, ao abrigo dos artigos 2º, n.º 2, 25º, n.º 2, e 26º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de Julho, e 13º, n.ºs 1 e 3 da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugados com os artigos 6º, n.º 1, 20º, 36º, n.º 1, al. a), 37º, n.º 1, da Lei n.º 9/2013, de 26 de Fevereiro, e 19º da Lei n.º 89/VIII/2011, de 14 de Fevereiro, o cidadão:

DOMINGOS AMARO RIBEIRO COSTA, licenciado em Línguas, Literaturas e Culturas - Estudos Ingleses, para exercer as funções de técnico nível I, no quadro do pessoal dos Serviços de Apoio Técnico e Administrativo (SATA) da Procuradoria-Geral da República.

As despesas têm cabimento na verba inscrita na rubrica 02.01.01.01.02 do orçamento do Conselho Superior do Ministério Público.

Publique-se, cumpridas as formalidades legais.

6. APRECIACÃO DO RELATÓRIO INTERCALAR DO CSMP

O Senhor Presidente deu conhecimento do trabalho realizado no CSMP nos últimos três meses sob a direção do senhor Vice-Presidente, que de acordo com plano de atividades definiu três grandes prioridades: a) dotar o MP de mais recursos humanos; b) criar as condições para instalação dos departamentos previstos na LOMP; c) reforçar o quadro do pessoal de todas as secretarias das Procuradorias da República;

Destacou-se as actividades realizadas ao longo ano, as que até ao final do ano serão efectivadas pelo CSMP a nível do (s): Pessoal, equipamentos e mobiliários.

7. APRECIACÃO DE PROPOSTA DE CURSO PARA PROMOÇÃO DE OFICIAIS DE JUSTIÇA

O Conselho Superior do Ministério Público deliberou por maioria dos presentes aprovar a realização do curso, e pelo tempo que o esforço orçamental do CSMP permitir.

8. APRECIACÃO DO ATO DE ENTREGA FORMAL DOS APARTAMENTOS SITOS NO EDIFÍCIO SANTO ANTÓNIO PARA INSTALAÇÃO DOS DEPARTAMENTOS E SERVIÇOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Tomou-se conhecimento que após a afectação pelo Ministério da Justiça e Trabalho através do GAB/Conselho Diretivo, foi finalmente feita a afectação formal, sendo que as obras de adaptação já se iniciaram após o concurso realizado pelo Ministério da Justiça, tendo o empreiteiro definido como prazo de entrega o mês de setembro, e nessa altura recebe-se as chaves, podendo-se marcar uma visita com os membros que tiverem disponibilidade.

9. APRECIACÃO DA COMUNICAÇÃO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA DE SANTA CATARINA SOBRE PARTICIPAÇÃO DO MP EM PROCESSO PENAL

O Conselho Superior do Ministério Público no uso das suas competências definidas nas als.^a b) e c) do n.º 6 e 5 do art.º 226.º da CRCV, arts.º 31.º e 37.º da LOMP, deliberou comunicar ao CSMJ a situação para os devidos efeitos legais.

10. APRECIACÃO DA COMUNICAÇÃO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA DO SAL SOBRE CONDUTA DE OFICIAL DE JUSTIÇA

Apreciadas as queixas apresentadas contra o Oficial de Diligências, que além de suspeitas de crime de VGB foi detido em flagrante delito pela PN no dia 9 de julho por imputação do crime de VBG, o Conselho Superior do Ministério Público deliberou:

- Ordenar a abertura de processo disciplinar contra o Oficial de Justiça;
- Nomear como instrutor o PGA jubilado e como secretário o nomeado por ele.

11. APRECIACÃO E APROVAÇÃO DO PLANO DE INSPECÇÃO PARA O ANO JUDICIAL 2017/2018

O Conselho Superior, reunido na sessão ordinária e no uso das suas competência definidas nas als.^a b) e c) do n.º 6 e 5 do art.º 226.º da CRCV, arts.º 31.º n.º 1 e al.^a m) do art.º 37.º da LOMP conjugado com o n.º 1 do art.º 8.º da Lei n.º 85/VIII/2015, de 6 de Abril, deliberou:

Aprovar o Plano de Inspeção apresentado pelo Serviço de Inspeção.

Orientar o Serviço de Inspeção para no decurso das inspeções recolher elementos que permitam ao CSMP aquilatar da contribuição efectiva que cada inspeccionado deu na melhoria da capacidade de resposta institucional em termos de celeridade processual e redução de pendências, de modo que o CSMP possa reconhecer e valorizar esse feito em termos de notação e classificação.

12. APRECIACÃO DE PEDIDOS DOS MAGISTRADOS

- a) Reingresso – Dr. Arlindo Luís Pereira Figueiredo e Silva

O Conselho Superior do Ministério Público deliberou por unanimidade dos presentes:

Deferir o pedido de reingresso do Procurador da República de 2ª Classe, Dr. ARLINDO LUÍS PEREIRA FIGUEIREDO E SILVA nos termos das disposições combinadas na al.^a c) do n.º 6 e 5 do art.º 226.º da CRCV, art.º 31.º n.º 1 e al.^a c) do art.º 37.º da LOMP conjugado com os n.ºs 1 e 3 do art.º 53.º e 54.º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março, aplicáveis por força do artigo 127º da Lei n.º 2/VIII/2011, de 20 de Junho.

Colocar o magistrado na Procuradoria da República da Comarca da Praia.

A despesa tem cabimento na verba inscrita na rubrica “02.01.01.03.05 – Reingressos do Orçamento do Conselho Superior do Ministério Público.

Considerando que ainda está por preencher uma das cinco vagas de inspetor no Serviço de Inspeção, o CSMP determinou a notificação de todos os Procuradores da República de 1.^a e 2.^a Classe para manifestarem, querendo, interesse em serem nomeados como Inspetor do Ministério Público, juntando os respetivos curriculum e experiências em matéria de competência do serviço de inspeção.

b) Pagamento de progressão

O CSMP reconhecendo o direito à progressão do requerente em conformidade com o decidido pelo acórdão do STJ, o CSMP não podendo materializá-lo de imediato, deliberou:

Orientar a Secção de Apoio ao Conselho para proceder ao levantamento de todos os magistrados com direito à progressão de acordo com norma legal citada, ou seja, verificar o princípio da quota de 1/3 e bem assim dos custos que isso implica, para ser apresentado na próxima reunião de setembro para apreciação e decisão.

13. APRECIACÃO DE PEDIDO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA:

a) Pedidos de transferências

O Conselho Superior do Ministério Público deliberou adiar a apreciação dos pedidos de transferência após a conclusão dos processos de concurso/curso para ingresso de novos Oficiais de Diligências e realização do curso de promoção dos Oficiais de Justiça.

b) Pedido de pagamento de compensação pelo exercício de funções de escrivão

O Conselho Superior do Ministério Público deliberou:

Deferir, nos termos do art.º 42.º n.º 2 do Estatuto do Pessoal Oficial de Justiça, o pedido de pagamento de compensação do senhor Ajudante de Escrivão que substituiu por mais de trinta dias a Escrivã de Direito que estava adoentada em São Vicente, pelo que se ordena à UAG que processe o pagamento da diferença da categoria de Ajudante de Escrivão para Escrivão.

c) Pedido de adesão ao serviço Mkoneta

O Conselho Superior do Ministério Público deliberou:

Aceitar a adesão ao Mkoneta do CSMP dos dezassete Oficiais de Justiça que autorizaram o desconto mensal nas suas contas do respetivo valor a ser pago pela prestação desse serviço pela UNITEL.

d) Pedido de aposentação antecipada de Antero Cruz

O Conselho Superior do Ministério Público deliberou:

Pelas razões constantes do parecer, falta de junção de todos documentos exigidos pela Lei e ter sido ultrapassado o prazo limite para remessa do pedido à DNAP, indefere-se o pedido e ordena-se a devolução dos documentos ao requerente.

14. SORTEIO PARA DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS

Realizado sorteio para distribuição dos processos que ficou assim ordenado:

1. Dr. Felisberto Ho Chi Minh Fernandes Varela Robalo;
2. Dra. Edelfride Sousa Barbosa Almeida;
3. Dr. Nilton Jorge da Costa Moniz;
4. Dra. Raquel Odete Fortes;
5. Dr. António Varela Semedo;
6. Dr. Daniel Hostelino Alves Monteiro;
7. Eng. Mário Gomes Fernandes.

15. MATÉRIAS PARA CONHECIMENTO (2 DOCS.)

O Conselho Superior do Ministério tomou conhecimento dos seguintes documentos:

1. Ofício n.º. 153/ISMP/2017, de 06 de julho de 2017, dos serviços de Inspeção comunicando o início de inspeção ordinária à prestação funcional de Procuradora da República colocada na Procuradoria da República da Comarca da Praia;
2. Ofício n.º. 159/2016/2017, de 07 de julho de 2017, dos serviços de Inspeção comunicando o início do Processo Disciplinar n.º 8/2017, instaurado contra o senhor Escrivão Direito, exercendo em comissão de serviço as funções de Secretário;
3. Ofício n.º. 1255/70.01/2016/2017, de 11 de julho de 2017, do Gabinete do Procurador-Geral da República acompanhando cópia do Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça proferido nos Autos de Recurso Contencioso de Anulação n.º 49/2016 que veio determinar que se mantem a progressão dos magistrados judiciais não anulando a deliberação que os progrediu;
4. Resposta sobre deliberação do CSMP da queixa apresentada contra magistrada do M.P.
5. Ofício n.º. 156/ISMP/2017, de 07 de julho de 2017, dos serviços de Inspeção comunicando o início de inspeção extraordinária à prestação funcional do Procurador da República colocado na Procuradoria da República da Comarca da Praia;
6. Comunicação da inexistência de interesse de ajudante de escrivão para ser colocado como secretário na Procuradoria da República da Comarca da Boa Vista;
7. Comunicação da Greve de oficiais de justiça convocada para 25 de julho, mas, entretanto, desconvocada após aprovação de estatuto do EPOJ.

16. DESPACHOS PARA RATIFICAÇÃO (3 DOCS.)

Foram ratificados os Despachos do senhor Presidente autorizando o pagamento da fatura referente à prestação de serviço no concurso para recrutamento de tradutor, as audições dos Senhores Procuradores da República, no âmbito dos Processos Disciplinares n.ºs. 7/2017 e 8/2017.